7. Conclusão

Dizer que o realismo, a escolha racional ou o funcionalismo não explicam por que os Estados intervêm nos casos de ruptura da democracia é afirmar que existe uma única perspectiva de análise válida. E com certeza este não foi o objetivo deste trabalho. O objetivo almejado foi o de explicar a importância da trajetória percorrida e conseqüências não-pretendidas para a formação do que se chamou de paradigma democrático nas Américas, e demonstrar como a variável institucional deixa suas próprias marcas nos resultados políticos.

Esses mesmos resultados políticos podem ser explicados por análises que vão do nível dos atores e de análises personalistas, a perspectivas globais sobre a tendência à democratização. Diante de tudo isso, o institucionalismo histórico se apresentou como uma perspectiva que não sacrifica a complexidade das relações sociais em nome da elegância teórica. Como *framework* para a análise, ele oferece conceitos-chave ao invés de pressuposições – o que resulta na possibilidade da consideração de inúmeras variáveis, inclusive as que *a priori* parecem desempenhar um papel apenas marginal sobre o fenômeno que se deseja compreender.

A relevância do trabalho está, sobretudo, na ênfase dada aos desenvolvimentos institucionais que pautam hoje o paradigma democrático nas Américas. Como observa Pierson, “we cannot understand the significance of a particular social variable without understanding ‘how it got there’ – the path it took.”¹

Apesar da ênfase do presente trabalho ter estado nos avanços da campanha hemisférica em defesa da democracia representativa, vale ressaltar algumas das limitações do paradigma criado.

A primeira é que a organização enfrenta um dilema comum entre as organizações regionais: o lapso entre seus fins e meios. Nesse sentido, a OEA se destaca por possuir objetivos bem definidos e, contudo, ainda distantes de sua realidade política e

¹ PIERSON, 2005, p.252.

orçamentária. O ressaltado papel do consenso na organização cria um sistema que induz ao *ad hocismo* e desencoraja a criação de mecanismos permanentes de ação coletiva. Somam-se a isso os sérios questionamentos a qualquer função punitiva que a organização possa desempenhar. A posição do México, por exemplo, foi sempre coerente no sentido de advogar o caráter pacífico e cooperativo da organização e rechaçar-lhe a atribuição de qualquer poder coercitivo. Sem capacidade de coerção, entretanto, a organização tem um reduzido potencial de implementação das suas determinações.

A segunda e a mais crucial delas é sem dúvida a prevalência do modelo tradicional de soberania executiva como base do multilateralismo no hemisfério. Apesar da candência de certas questões de relevância ressaltada no cenário internacional e a tendência dos Estados de optar por soluções coletivas, é ainda muito claro que nesse jogo de forças a soberania dos Estados é mais limitante que limitada.

Como a própria fonte legal dos compromissos internacionais continua a ser a vontade dos Estados soberanos (o que muitas vezes significa dizer a vontade dos soberanos de seus Estados), seus costumes e práticas, é exagerado pensar que esse fenômeno aconteça sem a criação de novos mecanismos de controle.

De qualquer forma, a evolução do paradigma democrático nas Américas aponta para o fato de que a própria organização que congrega os Estados transcende a vontade individual de seus membros e assume uma trajetória própria. E é nessa trajetória que há esperança da superação da soberania executiva e da consideração de realidades mais inclusivas.